

## O estrangeiro espectral Apresentando “A política estrangeira de uma sociedade primitiva”

*Guilherme Falleiros<sup>1</sup>*

**Resumo:** Apresenta-se a tradução, para língua portuguesa, do artigo “La politique étrangère d'une société primitive” (1949) de Claude Lévi-Strauss. São expostos os temas principais do artigo (ausência da dicotomia entre “concidadão” e estrangeiro”, contraste entre humanos e estrangeiros espectrais, oscilação territorial, atenuação da guerra pelo jogo) e justifica-se a escolha de tradução pelo termo “espectral” em relação ao perspectivismo ameríndio e o contra-poder. Faz-se uma abordagem geral da recepção do artigo original em Relações Internacionais e em Etnologia Ameríndia e introduz-se alguns desenvolvimentos teóricos. A atualidade e relevância das proposições de “A política estrangeira de uma sociedade primitiva” é revista por meio de desenvolvimentos posteriores do pensamento de Lévi-Strauss afetado pelo ameríndio: a dialética entre intervalos grandes (“diatônicos”) e pequenos (“cromáticos”).

**Palavras-chave:** Ameríndios; Espectral; Estrangeiro; Contra-poder; Território

---

## The spectral Foreigner Introducing “The foreign policy of a primitive society”

**Abstract:** A translation into Portuguese of the article “La politique étrangère d'une société primitive” (1949) by Claude Lévi-Strauss is presented. The main themes of the article are exposed (absence of the dichotomy between “fellow citizen” and foreigner”, the contrast between humans and spectral foreigners, territorial oscillation, attenuation of war through gameplay) and the choice of translation for the term “spectral” concerning Amerindian perspectivism and

<sup>1</sup> Guilherme Falleiros é Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo, Professor de Sociologia do Colégio da Universidade de São Caetano do Sul e colaborador do Centro de Estudos Ameríndios (USP)

counter-power. A general approach is made to the reception of the original article in International Relations and Amerindian Ethnology and some theoretical developments are introduced. The topicality and relevance of the propositions of “The foreign policy of a primitive society” are reviewed through later developments of Lévi-Strauss’ thought affected by Amerindian’s: the dialectic between large (“diatonic”) and small (“chromatic”) intervals.

**Keywords:** Amerindians; Spectral; Foreign; Counter-power; Territory

---

## **El extranjero espectral**

### **Presentación de “La política exterior de una sociedad primitiva”**

**Resumen:** Esta es la traducción al portugués del artículo “La politique étrangère d’une société primitive” (1949) de Claude Lévi-Strauss. El artículo presenta los principales temas (ausencia de la dicotomía entre “conciudadano” y extranjero”, contraste entre humanos y extranjeros espectrales, oscilación territorial, atenuación de la guerra por el juego) y se justifica la elección de esta traducción por el término “espectral” en relación con el perspectivismo amerindio y el contrapoder. Se hace una aproximación general a la recepción del artículo original en Relaciones Internacionales y Etnología Amerindia y se introducen algunos desarrollos teóricos. La actualidad y la pertinencia de las proposiciones de “La política exterior de una sociedad primitiva” se revisan a través de desarrollos posteriores del pensamiento de Lévi-Strauss afectados por lo amerindio: la dialéctica entre intervalos grandes (“diatónicos”) y pequeños (“cromáticos”).

**Palabras clave:** Amerindio; Espectral; Extranjero; Contrapoder; Territorio

Introduzo pela primeira vez em língua portuguesa a tradução de “La politique étrangère d'une société primitive” (1949) de Claude Lévi-Strauss – “A política estrangeira de uma sociedade primitiva”. Nesta apresentação, faço uma pequena exposição dos temas principais do texto, justificando a escolha de tradução pelo termo “espectral”; trato de grande parte de sua recepção pelas Relações Internacionais (RI) e pela Etnologia Ameríndia e, tanto ao longo da apresentação quanto na parte final, faço algumas sugestões de desenvolvimentos teóricos que revelam sua fecundidade para ambas as disciplinas.

Ao comparar formas políticas estrangeiras com as formas “ocidentais”, identificando surpreendentes maneiras de se fazer política “externa”, os exemplos trazidos por Lévi-Strauss não se resumem à América indígena, tampouco às Terras Baixas Sul-Americanas. Isso era justificado pelo uso do termo “sociedades primitivas”, ainda que o autor já antecipe algumas críticas a este grande divisor conceitual, já bastante reprovado (confira KUPER, 2010), que hierarquizou povos pelo sistema colonial. De todo modo, indiferentemente desses exemplos serem resquícios de um passado evolutivo ou de invenções posteriores, eles existem como parte das possibilidades antropológicas factuais. Minha leitura atentar-se-á mais para os elementos ameríndios, especialmente a partir da ideia geral de ameríndio concebida em *História de Lince* (LÉVI-STRAUSS, 1991), que converge semelhanças antropológicas entre filosofias e práticas de povos da América do Norte e das Terras Baixas Sul-Americanas com a fórmula do “dualismo em perpétuo desequilíbrio”, que pode ser aproximada, em diversos casos, da noção de “perspectivismo ameríndio” (FALLEIROS, 2016). Muito mais do que tentar definir uma suposta identidade ameríndia, a ideia aqui é seguir o princípio oposicional e comparativo aplicado por Lévi-Strauss, mas evitando projetar esta oposição num tempo unilinear – não se trata de formas políticas mais ou menos “evoluídas”, mas de diferentes evoluções.

Ao abordar os ameríndios, também evito considerar como idênticos todos os encontros coloniais – existem peculiaridades na relação entre colonizadores europeus e ameríndios que não necessariamente se repetem em outras paragens, pois as estruturas das conjunturas históricas (SAHLINS, 1987) não se resumem a um só padrão ou a uma suposta forma universal de dialética do senhor e do escravo hegeliana, por exemplo. Globalizar a dialética hegeliana (prussiana, europeia...) como modelo das relações humanas seria ignorar toda uma dialética ameríndia que envolve a recusa da síntese e propõe o desdobramento em novas relações, bem como a própria ação histórica indígena. O texto ora traduzido de Lévi-Strauss contribui no conhecimento dessa dialética ameríndia.

\*

No artigo, praticamente ausente das leituras antropológicas brasileiras do autor, Lévi-Strauss mostra que o tênue equilíbrio e mesmo a continuidade entre “guerra” e “comércio”, ou entre “antagonismo” e “cooperação”, vivida por certos povos ameríndios – cujo aparente paradoxo remete a fundamentos maussianos (RAMEL, 2008; DEBAENE, 2009) – conecta-se à ausência da antinomia, de origem “ocidental”, entre “concidadão” e “estrangeiro”, dadas

as séries de graus, de diferenças mínimas e de mediações entre elas, que constituem as divisões do que cada povo chama de “humanidade”. Já o “estrangeiro” máximo é projetado para além da humanidade: um poder espectral semelhante ao considerado hoje pelos estudos de cosmopolítica. Ainda, a ausência de uma antinomia maniqueísta entre “concidadão” e “estrangeiro” denota a ausência da antinomia entre política interna e externa, o que vai ao encontro de debates recentes sobre política e diplomacia ameríndia (GIBRAM, VANZOLINI & SZTUTMAN, 2020; SZTUTMAN, 2020).

Identifica-se uma dualidade entre, de um lado, estrangeiros afastados, espectrais, sobrenaturais, externos aos limites do “humano” e, de outro, “humanos” divididos numa “gama, ou uma série contínua de nuances”, como os bandos Nambiquara que podem ser “irmãos”, “vizinhos”, afins, mais ou menos amigáveis e, finalmente, totalmente desconhecidos, o que implica também menores ou maiores variações dialetais. Algo semelhante ocorre nas diversas nações e grupos linguísticos que constituem o complexo xinguano em suas relações instáveis de amizade e inimizade, processos de inclusão e exclusão da “humanidade”, compondo aldeias cuja vida cerimonial depende da existência e da presença de visitantes e forasteiros, humanos e não-humanos. O estrangeiro é, segundo uma lógica oposicional, fundamental na constituição do humano.

Optei por traduzir o termo “étranger fantomatique” – ao pé da letra: “estrangeiro fantasmático” – por “estrangeiro espectral” por encontrar, no argumento do texto, elementos que fazem deste “estrangeiro” um tipo de poder aproximado ao que David Graeber (2004), em seu esboço de uma “teoria do contrapoder imaginário”, chamou de “espectral”. Segundo este autor, inspirado por Marcel Mauss e Pierre Clastres, se o contra-poder existe mesmo onde não há Estado, é porque o poder existe de forma latente, potencial, como possibilidade dialética, muitas vezes na forma de um mundo “espectral”, invisível, de monstros, feiticeiros e outras “criaturas” (GRAEBER, 2004, p. 24-37). Graeber enfatiza a relação do que chama de “violência espectral” com organizações sociais “igualitárias”, cujos equívocos a respeito de povos ameríndios não cabem ser debatidos agora (FALLEIROS, 2016), ou mesmo “pacíficas”, cujo equívoco de aplicação aos casos aqui estudados é patente. Todavia, é certo que a feitiçaria característica da “violência espectral” faz parte, ao menos no caso xinguano, conforme pesquisas muito posteriores ao texto de Lévi-Strauss, de um sistema de transformações, aproximações e distanciamentos entre humanos e estrangeiros num complexo multicultural, fazendo uns dos outros e vice-versa, atuando em processos de contra-poder (VANZOLINI, 2013; SZTUTMAN, 2013; COSTA, 2022).

Deixada em suspenso a polêmica de Graeber com Viveiros de Castro sobre a “realidade” do “imaginário” (GRAEBER, 2019), pode-se concordar que, aqui, a “alteridade radical” “não é um sinônimo de ‘natureza’” (GRAEBER, 2019, p. 308) – ela é “qualquer tipo de poder operante mais além dos limites da compreensão humana” (GRAEBER, 2019, p. 311), ou seja, sobrenatural. No caso dos povos das Terras Baixas Sul-Americanas, pelo menos, isso implica os limites da própria humanidade, uma defasagem perspectivista de quem é humano: havendo antagonismo direto com um poder incomensurável que, estrangeiro, revele-se surpreendentemente humano, quem corre o risco de deixar de ser humano é o nativo.

Essa questão será retomada na última parte. De todo modo, a equiparação que Viveiros de Castro fará entre o encontro do caçador ameríndio com o sobrenatural fora dos limites da aldeia e a abordagem policial – ou mesmo o exame do passaporte pelo serviço de imigração de outro país (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 905), pode ser correlacionada ao encontro com a perspectiva securitária da globalização colonizadora e sua necropolítica, que cria estrangeiros internos e racializados, inimigos demonizados a serem eliminados de modo desumano (MBEMBE, 2020).

*Políticas da Inimizade* de Achille Mbembe atravessa diversas questões aqui abordadas e vale ser comentada. Leitor de Carl Schmitt – um nazista assustadoramente influente nos estudos de política nacional e internacional, revisto criticamente adiante –, Mbembe afirma ali que a ameaça “ontológica” da “figura espectral” do inimigo necropolítico se torna um “único feixe comum” (MBEMBE, 2020, p. 92). Em comparação, aqui as diversas gradações de alteridades propiciam a atenuação da inimizade e sua manutenção, não como ameaça, mas como necessidade existencial. Se para Mbembe a “simetria entre o mercado e a guerra” é destrutiva (MBEMBE, 2020, p. 34), a obra de Lévi-Strauss sugere que essa simetria não é exclusiva do momento necropolítico, *o que difere é o valor dado ao inimigo*: negativo na ontologia colonizadora, positivo na ameríndia.

O segundo elemento a se destacar, cuja reflexão poderia estar na base de pesquisas atuais, é a “relação com o solo”. Não são relações de “propriedade” com uma “superfície” de “fronteiras” definidas, tampouco há vínculos de tipo “feudal” entre povos e terras nos casos trazidos por Lévi-Strauss, mas um “conjunto de modalidades” e um “sistema de situações e valores” diversos, indistinguíveis por quem não as vive e conhece, implicando constantes mudanças, deslocamentos e adaptações “sazonais”, alternando concentrações em aldeias e dispersões em pequenos “grupos”.

Essas linhas gerais da territorialidade nas Terras Baixas Sul-Americanas se confirmaram em revisões teórico-etnográficas coletivas do dossiê “Transformações das Territorialidades Ameríndias nas Terras Baixas (Brasil)” (2015), em que se afirma que ela é marcada pela conjugação sazonal ou cíclica entre deslocamentos de maior ou menor distância e fixação temporária, com posse impermanente da terra, operando movimentos pendulares em relação a equipamentos coloniais (VIEIRA, AMOROSO & VIEGAS). Ainda, correspondências entre “formas de socialidade” e “formas de lidar com o território” analisadas no dossiê (VIEIRA, AMOROSO & VIEGAS, 2015, p. 16) se encontram também aqui, com a gama de distinções de humanos e estrangeiros sendo correspondente à fluidez variável dos “valores do solo” encontrada em campo por Lévi-Strauss.

Diante do contato com colonizadores e fixações territoriais mantidas por missionários e aparatos estatais – prováveis manifestações de “estrangeiros espectrais” na perspectiva indígena –, Vieira, Amoroso, Viegas e demais pesquisadores enfatizam a existência do mesmo tipo de movimento oscilatório, com aproximações e afastamentos. O interesse indígena em se aproximar de centros coloniais em busca de artigos estrangeiros se assemelha ao mesmo interesse manifesto pelos Nambiquara estudados por Lévi-Strauss em adquirir alimentos e ornamentos de bandos desconhecidos, garantido o subsequente movimento centrífugo. Não há uma “fusão” entre indígenas e colonizadores (diferentemente do casamento entre “bandos” analisado adiante), tampouco

aqueles se tornam meros subjugados: em contato com aparatos coloniais, os indígenas recriam técnicas de diplomacia e desvio em relação ao poder estrangeiro, cuja presença pode se estabelecer no território, no plano “natural”, porém denota potências de um outro plano, que estão *além*.

As relações internacionais ameríndias não se estabilizam com a proximidade do estrangeiro englobante; o efeito transformador desse contato se manifesta em novos vetores de distanciamento. Assim, a ação ameríndia consegue resistir à globalização da necropolítica analisada por Mbembe (2020), de modo que tentativas de territorialização colonizadora não tiveram pleno sucesso em estabelecer a soberania da *plantation* e do *nomos* schmittiano sobre um espaço coisificado, tendo que permitir fluxos cíclicos e sazonais nativos. Além disso, nessa dialética, as chamadas agências de mediação estatais e religiosas podem ter sido apropriadas pelos ameríndios como “mediadoras”, no sentido usado por Lévi-Strauss (comentado adiante), entre sua perspectiva e a estrangeira. Aliás, é a apropriação indígena desses aparatos - por exemplo, a da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pelos Xavante (FERNANDES, 2012) - que pode ter levado o atual governo brasileiro, cuja atuação política se estrutura conforme as proposições de Carl Schmitt (RIQUELME, 2018), a combater tais aparatos, desconstruindo a própria FUNAI.

Por último, o autor introduz aqui uma leitura do papel do jogo na política (estrangeira) indígena, que mantém unido aquilo que os “ocidentais” dividem entre “política” e “esporte” – tema retomado por Lévi-Strauss alhures como uma forma de “guerra atenuada” (LÉVI-STRAUSS, 1976 [1962], p. 54; 2011 [1971], p. 338). São “métodos” organizados de antagonismo, competições “marcadas” e “estilizadas”. Um deles é o “jogo de bola” da Confederação Creek, na América do Norte, chamado de “irmão mais novo da guerra”: uma das formas de dividir suas aldeias entre si era em dois times de bola e, em caso de derrotas sucessivas, a perdedora passava para o time da vencedora – mudando, assim, de perspectiva – ou brincando de mudar de perspectiva.

Aqui Lévi-Strauss lança, pela primeira vez, portanto, uma ideia de *guerra atenuada*, atividade “sem dúvida agressiva mas, nesse sentido, não tão perigosa”. A hipótese da guerra atenuada foi debatida por Fernando Vianna no estudo do futebol jogado pelo povo Xavante (2001) e por mim mesmo, também a partir do estudo do mesmo povo, na compreensão do (con)federalismo indígena que, no caso Xavante, é também acionado pelas classes de idade que compõem os dois times das corridas de tora (FALLEIROS, 2016). As festas xinguanas nas quais “partidas de luta” “se desenrolam entre aldeias estrangeiras” são rapidamente mencionadas em outro trecho do texto, mas seguem o mesmo princípio.

Segundo Vianna, o futebol teria sido apropriado pelos Xavante não somente conforme uma “política da predação cultural”, mas também como nova forma de organizar divisões sociais e como maneira de lidar com outros indígenas e não-indígenas (VIANNA, 2001, p. 285), adotado durante o processo que Luís de Paula chama de “amansamento do branco” (DE PAULA, 2007, p. 265). Esses acionamentos do futebol, aparentemente diversos, podem ser conjugados com a ajuda de Lévi-Strauss. Ele opera a mediação com um certo estrangeiro espectral que já está perto demais, uma forma de rearticular a aproximação e o distanciamento da alteridade radical, para a qual as corridas de tora (realizadas entre metades cerimoniais que dividem todo o povo

Xavante) já não bastam. Mas essa rearticulação com o estrangeiro também afeta as relações internas, criando novas diferenças entre os próprios Xavante, que passam a ter seus campeonatos de futebol organizados de formas distintas das corridas de tora. Carlos Eduardo Costa recupera argumento semelhante a respeito do papel da luta xinguana (2022), bem como do futebol, analisando a relação entre “esportividade” e política ameríndias, com “ênfase nas relações entre as relações” (COSTA, 2021, p. 18). Para essas pesquisas, a leitura desta obra de Lévi-Strauss ajudaria a superar dilemas a respeito da relação entre paz e guerra bem como da relação entre relações (como as relações entre indígenas afetadas por relações com não-indígenas), especialmente se revista a partir de desenvolvimentos teóricos posteriores do autor, como será mostrado na parte final.

Enfim, diferentemente da necropolítica da inimizade, a presença, nas formas ameríndias, de antagonismos lúdicos característicos do que chamamos de “esporte”, que não visam eliminar o adversário porque sem adversário não há jogo, aparecem como mais uma resistência dos modos indígenas de fazer política tanto “interna” quanto “externa”.

### **Relações Internacionais**

Presente nos estudos de Relações Internacionais (RI) de modo sutil, a obra de Claude Lévi-Strauss, com suas inflexões ameríndias, tem mais potencial de aplicação ao tema, especialmente se superado o pouco conhecimento a respeito deste texto (DEBAENE, 2009).

Alimentado por pesquisas do entre-guerras e escrito no exílio em Nova York (DEBAENE, 2010, p.47), este artigo foi publicado no segundo ano do pós-guerra mundial, ambos períodos fundamentais para a definição da disciplina das RI sob influência de teóricos estatistas e até fascistas como Carl Schmitt (PRICHARD, 2011), constituída sobre a expansão colonial do modelo de Estado-Nação.

Segundo Vincent Debaene (2009), Lévi-Strauss esperava, com este texto, contribuir para uma renovação das relações internacionais após a destruição causada pela II Guerra Mundial (DEBAENE, 2009: 133-134). Entretanto, mesmo diante da conhecida participação de Lévi-Strauss na UNESCO (LÉVI-SRAUSS & ERIBON, 2005 [1988]; DEBAENE, 2010) como um dos pivôs da influência recíproca entre a Antropologia e a Organização das Nações Unidas na crítica ao racismo e ao colonialismo (AMRITH & SLUGA, 2008), este artigo foi mencionado poucas vezes, sempre para sugerir um diálogo necessário entre Antropologia e RI (YOUNG, 1987; GAULME, 2014; DE VIENNE & NAHUM-CLAUDEL, 2020). Esta raridade parece sintomática da inclinação “ocidental” das RI, posto que seu argumento abala os dois pilares – “concidadão” e “estrangeiro” – da ontologia antropológica estado-nacional.

Audrey Alejandro (2017), a partir dos debates de Lévi-Strauss sobre etnocentrismo, reconhece com o autor a importância dos limites da humanidade para a manutenção das distâncias entre grupos, reflexão que poderia ser complexificada a partir do presente texto. A autora também menciona Lévi-Strauss em uma discussão sobre o eurocentrismo da crítica à predominância “ocidental” nas RI (ALEJANDRO, 2019), mas passa ao largo deste texto que contribuiria para um descentramento da Europa. Quanto às RI no Brasil, há a

análise de Cristina Patriota de Moura (2006) sobre a narrativa fundadora da diplomacia brasileira, personificada na “Casa de Rio Branco” como sendo composta por um “corpo” de parentes diferenciados dos “cidadãos” comuns. Moura aplica teorias de parentesco e casa nobre de Lévi-Strauss (dentre outras referências), apontando para o paradoxo deste “corpo diplomático” de elite como “instituição democrática representativa da população nacional” (2006, p. 32). A defasagem entre “corpo diplomático” e “população nacional” põe em questão a homogeneidade substancial do corpo social demandada pela teoria política de Carl Schmitt (1996). O trabalho de Moura visto pelo prisma do presente artigo de Lévi-Strauss permite dizer que a relação entre a existência de mediadores e o abalo da dicotomia entre “concidadão” e “estrangeiro” não se reduz somente a situações ameríndias ou “primitivas”, sugerindo a rentabilidade do debate deste texto para outros campos. Por sua vez, num estudo que pode ser considerado o reverso desses, Alberto Palácios Júnior parte das RI para a Etnologia Ameríndia, de modo que diversas reflexões de Lévi-Strauss são recuperadas em seu trabalho, inclusive sobre guerra, comércio e chefia Nambiquara. Identifica a ausência, para ameríndios, da distinção entre inimigos “internos” (“privados”) e “externos” (“públicos”), característica do pensamento de Carl Schmitt em RI, concluindo também com Lévi-Strauss que, entre estes indígenas, o inimigo não é uma ameaça à existência mas sim quem a viabiliza (PALACIOS JÚNIOR, 2016). Todavia, reitera que isso não implica que “sua política interna e externa se confunda”, o que contraria a hipótese da continuidade entre “concidadão” e “estrangeiro” aferida por Lévi-Strauss, muito mais coerente com o raciocínio apresentado, porém não mencionada por Palacios Júnior.

Outras referências a Lévi-Strauss aparecem em reflexões de RI relativas à análise estrutural dos mitos. Agatha Verdebout (2014) recorre a ela para uma revisão crítica do mito da ONU e da evolução do direito como pacificadoras das relações internacionais. Catherine Goetze discute o uso do método lévi-straussiano nas RI (2016a) e o aplica ao mito moderno de um sistema internacional baseado no antagonismo entre *warlords* (chefes-de-guerra) e estados soberanos como garantidores da paz, narrativa que justifica intervenções estatais sobre povos “ingovernáveis” (2016b). No campo da Antropologia, eu mesmo apliquei o método na análise da formação relacional das repúblicas do Cone Sul e do mito do Uruguai como um “país sem índios”, cujo suposto massacre total dos Charrúa projetou para fora de suas fronteiras a presença desses indígenas, encobrendo assim os elementos ameríndios que constituem tanto sua própria política “nacional” quanto a transnacionalidade gaúcha (FALLEIROS, 2022). Nenhum desses estudos (inclusive o meu próprio), contudo, referencia “La politique étrangère d’une société primitive”.

### **Etnologia Ameríndia**

Também são escassas e recentes as referências em etnologia ameríndia ao mesmo texto. Os temas debatidos no artigo, como dádiva, guerra, chefia Nambiquara e o complexo multi-cultural do Xingu costumam ser retomados no Brasil a partir de outro trabalho, publicado um pouco antes e com referência ao mesmo campo etnográfico, sobre a continuidade entre guerra e comércio na América do Sul (LÉVI-STRAUSS, 1943), apreciado enquanto revelador de um

“sistema diplomático sofisticado” ameríndio (VALENTINI, 2020, p. 18). Aqui, o texto posterior mostra que o autor tinha algo mais a dizer sobre diplomacia indígena.

No último artigo que publicou em vida, Peter Gow considera este texto como virtualmente não-comentado (GOW, 2018, p. 10). Deixando de lado os impasses da noção de “sociedade primitiva”, que não prejudicam sua reflexão, Gow identifica nele a ideia de que certos povos da América do Sul têm uma “atitude” em relação ao “exterior” que é constitutiva do “interior” (2018, p. 11) – atitude que seria remetida pela famosa fórmula da “predação ontológica”, elaborada por Eduardo Viveiros de Castro a partir de seu estudo sobre os Araweté. Gow considera que esta atitude denota um “isomorfismo” entre interior e exterior ao abordar os “povos isolados” para quem o estrangeiro máximo ainda pode ser furtivamente evitado, como faziam os Nambiquara acompanhados por Lévi-Strauss.

Chloe Nahum-Claudel, sobre os Enawenê-Nawê (2018), toma o mesmo texto como ponto de partida para pensar diplomacia ameríndia e amansamento de quem os indígenas chamam de “estrangeiros”, tradução menos equívoca para o conceito nativo que normalmente se traduz por “homem branco” (NAHUM-CLAUDEL, 2018, p. 36).

### **Dialética dos pequenos e grandes intervalos**

Tratar tais “sociedades” ameríndias como “fechadas” em oposição a “abertas”, como faz aqui Lévi-Strauss, é uma intervenção nos debates do segundo pós-guerra, quando Popper retoma Bergson propondo a “sociedade aberta” como solução contra o totalitarismo (JEANPIERRE, 2010, p. 66). A posição de Lévi-Strauss pode parecer um contrassenso somente se considerarmos tal oposição como de tipo excludente, ignorando que suas possibilidades podem ser não só diatônicas como cromáticas (para usar os termos que o autor aplicaria bem mais tarde, nas *Mitológicas*), numa dialética que constitui um espectro que vai dos “estrangeiros” mais próximos e humanos aos mais distantes, para além do humano. Não se trata de uma antinomia, mas uma medida de boa distância para a manutenção da diferença. Entre humanos e aqueles além-do-humano não há só a diferença de grau numa mesma série mas também a diferença de estado: uma outra série, com um cruzamento de séries típico da dialética perspectivista ameríndia (FALLEIROS, 2016).

Aqui Lévi-Strauss apresenta indícios do que teria sido desenvolvido somente em escritos mais tardios, a partir dos anos 60, quando, segundo Pedro Lolli, “procura apoiar cada vez mais o seu método nos ensinamentos do próprio pensamento indígena” para além de um binarismo de tipo “tudo ou nada”, rumo a uma dialética ontológica entre cromático e diatônico (LOLLI, 2012, p. 86-87). Pode-se sugerir que a aproximação do método lévi-straussiano com o pensamento indígena não tenha ocorrido simplesmente a partir dos anos 60 mas sofrido um hiato, dada a importância das descobertas etnográficas apresentadas em seus artigos “anteriores à deriva da antropologia em direção à linguística estrutural anunciada por Lévi-Strauss em 1945” (COELHO DE SOUZA & FAUSTO, 2004, p. 91), de modo que este artigo publicado em 1949 é filho temporão do fértil momento etnográfico lévi-straussiano.

Aqui já vemos, portanto, Lévi-Strauss abordando a ontologia humana – quem é a gente e quem não é? – pela articulação entre intervalos pequenos (cromáticos) e grandes (diatônicos). Como em *O Totemismo Hoje*, as pequenas distâncias não são exclusividade da série “natural”, aparecem também na “cultural”, entre humanos (LOLLI, 2012). Ora, Lolli mostra que no totemismo o elemento sobrenatural coloca as séries natural e cultural em relação de contiguidade e confusão (Idem). Todavia, diferentemente do totemismo, aqui a “sobrenatureza” não estabelece um eixo contínuo, como seria no caso do totem, mas de *descontinuidade: é estrangeiro à humanidade*.

Os povos ameríndios em questão praticam em relação a tal “fantasma” a “técnica do desvio”, diz Lévi-Strauss. Como que evitando um mau encontro com um poder maior que lhes transformaria em “objeto na perspectiva de outrem”, diria Viveiros de Castro:

A forma canônica de tais encontros consiste, portanto, em descobrir repentinamente que o outro é “humano”, isto é, que *é o outro o humano*, o que automaticamente desumaniza e aliena o interlocutor. Sendo um contexto no qual um sujeito humano é capturado por outro ponto de vista, cosmologicamente dominante, no qual se torna o “tu” de uma perspectiva não humana, a Sobrenatureza é a forma do Outro como Sujeito, implicando a objetificação do “eu” humano como um “tu” desse Outro. (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 903)

Aqui o cromatismo humano pode ser considerado perigoso – “venenoso”, como no segundo volume das *Mitológicas* – diante do risco de um encontro com uma alteridade estrangeira cuja perspectiva, aplicada ao sujeito “cultural”, veria esse não como humano mas um elemento da série “natural”: o cromatismo das relações que compõem a série cultural, na perspectiva diatônica de uma pessoa sobrenatural, é índice de não-humanidade da outra. Mas, para alteridades mais próximas, o cromatismo é necessário, de modo que o “grupo” possa adquirir de outros, culturalmente contíguos, produtos da relação de cada um com os elementos naturais condicionados por diferenças territoriais também cromáticas: desde alimentos a matérias primas para ornamentos. O processo de constituição recíproca dessas alteridades envolve mediações entre relações que passam por lideranças, intérpretes bilíngues e mesmo aqueles que Lévi-Strauss chama literalmente de “mediadores”. Conforme o famoso testemunho de Lévi-Strauss sobre o encontro dos dois “bandos” Nambiquara estrangeiros um ao outro, aqui lembrado, “mediadores” se interpuseram entre membros dos dois bandos que começaram uma briga antes que ela virasse uma guerra, agindo como uma espécie de turma-do-deixa-disso que garantiu a realização do comércio entre as partes – uma garantia que expiraria assim que os “grupos” se distanciassem um do outro novamente.

Assim os dois “bandos” Nambiquara vieram a intercambiar entre si tudo o que tinham, principalmente ornamentos e matérias primas para produzi-los. Não por acaso, isso contrasta com a ocorrência canônica analisada por Viveiros de Castro, tirada da tese de Joana Miller (2007) também sobre os Nambiquara! Para eles, o encontro solitário (não mediado), fora da aldeia, com espíritos do mato que capturam seus ornamentos, pode retirar dos indígenas sua humanidade: sem seus enfeites, deixam de “ser alguém” e não reconhecem mais seus parentes (VIVEIROS DE CASTRO, 2011, p. 901-903). Já aqui, para não

serem englobados pela perspectiva de outra humanidade que se imporia pela força de captura, os dois “grupos”, estrangeiros entre si, promovem uma aproximação cautelosa e mediada, finalizando com prestações totais, “dons recíprocos” de enfeites e perspectivas.

Temos aí dois elementos opostos compondo uma série – de um lado, a captura que desumaniza uma perspectiva ao humanizar a outra e, do outro, o intercâmbio de perspectivas humanas – indício da “permanente oscilação entre se fazer o descontínuo com o contínuo e o contínuo com o descontínuo” característica da “dialética dos pequenos e grandes intervalos” (LOLLI, 2012, p. 101-103). Mas ainda há casos mais extremos de produção de continuidade: quando dois “grupos” se tornam um só “bando” através do parentesco. É assim que se sucedem, numa “gama contínua”, “guerra”, “comércio”, “casamento” e “fusão de grupos”, escreveu Lévi-Strauss.

Neste ponto, contudo, cabe um porém a uma proposição que o autor apresenta no relato sobre os Nambiquara: os três “artigos” mais importantes que buscavam adquirir com outros grupos seriam sementes de feijão, cacos de cerâmica (além dos enfeites de origem vegetal) e mulheres. Todavia, o que ocorre na “fusão de grupos” já não é uma “aquisição” de mulheres, dado este comentário que Lévi-Strauss repete em outros trabalhos da época sobre os Nambiquara: “O fato das crianças terem sido prometidas umas às outras *transformou* todos os homens dos dois bandos em ‘cunhados’ e todas as mulheres em ‘irmãs’, ao menos teoricamente” (grifo meu).

Para adequar esta fusão de “bandos” à ideologia nativa do parentesco “dravidiano” com casamento entre “primos cruzados bilaterais” (MILLER, 2007, p. 130), as mulheres adultas não foram “adquiridas” de um “grupo” por outro mas *tornaram-se as mesmas*, adquiriram uma continuidade. A descontinuidade se projeta nos homens adultos, transformados em afins. Ambos sob a promessa de casarem suas crianças, cujo gênero não importa na definição da relação, já que, posta a bilateralidade, sejam genitores de noivo ou de noiva, as mulheres consogras são (ou precisam se transformar em) irmãs e os homens, cunhados. Assim, a partir de uma mudança de perspectiva infligida reciprocamente aos dois “grupos” pela fusão e diferida conforme o gênero, a dialética ameríndia opera para que uma nova continuidade (entre mulheres) seja compensada por uma nova descontinuidade (entre homens). Mudança de perspectiva que cruza duas séries, a de gênero e a de “grupos”, mediadas pelo noivado das crianças.

Enfim, este tipo de mediação contrasta com a do totemismo e do sacrifício (que integram os termos e são eliminadas) por integrar as *relações* entre os termos *sem ser eliminada*, conforme a leitura de Lévi-Strauss feita por Lolli (2012, p. 101), sendo preservada para garantir uma “boa distância” – mesmo no caso extremo da fusão de “grupos”.

Conclui-se que, a partir da dialética entre o diatônico e o cromático – considerando que as pequenas distâncias não são somente perigosas como o veneno mas também saltares como o remédio, dependendo de como forem manipuladas, medidas e mediadas – pode-se dar um sentido mais conciso à diferença entre estrangeiros mais ou menos humanos (mais ou menos “concidadãos”) e estrangeiros espectrais, distâncias sempre oscilantes. De todo modo, essa é uma leitura possível, mas não a única: que a publicação de “A política estrangeira de uma sociedade primitiva” em língua portuguesa propicie tantas outras.

## Referências

ALEJANDRO, Audrey. Eurocentrism, Ethnocentrism, and Misery of Position: International Relations in Europe - A Problematic Oversight, *European Review of International Studies*, v. 4, n.1, 2017, pp. 5-20.

ALEJANDRO, Audrey. *Western Dominance in International Relations? The Internationalisation of IR in Brazil and India*. Abingdon: Routledge, 2019.

AMRITH, Sunil; SLUGA, Glenda Sluga. New histories of the United Nations, *Journal of World History*, 2008, pp. 251-274.

COELHO DE SOUZA, Marcela; FAUSTO, Carlos. Reconquistando o campo perdido: o que Lévi-Strauss deve aos ameríndios, *Revista de Antropologia*, n. 47, 2004, pp. 87-131.

COSTA, Carlos Eduardo. Futebol em campo, no campo da etnologia: o desporto bretão e a esportividade ameríndia, *Revista de Antropologia* v. 64, 2021.

COSTA, Carlos Eduardo. Artes marciais no Alto Xingu: mito, história e transformações entre guerra e ritual, *Mana*, n. 28, 2022.

DEBAENE, Vincent. A propos de «La politique étrangère d'une société primitive», *Ethnies* v.19, n. 33-34, 2009, pp. 132-139.

DEBAENE, Vincent. Like Alice through the Looking Glass: Claude Lévi-Strauss in New York, *French Politics, Culture & Society*, v.28, n.1, 2010, pp. 46-57.

DE VIENNE, Emmanuel; NAHUM-CLAUDEL, Chloé. Anthropologie et diplomatie, *Terrain*, n. 73, 2020, pp. 4-25.

FALLEIROS, Guilherme. Dialética perspectivista anarcoindígena, *Cadernos de Campo*, n. 25, 2016, pp. 107-130.

FALLEIROS, Guilherme. Bipartidismo e dualismo organizacional na República Oriental Existem?, *Hawò*, Goiânia, v. 2, 2022.

FERNANDES, Estevão Rafael. “Eles querem é nos pôr na briga deles!”: Um estudo de caso sobre faccionalismo e estratégias entre os índios Xavante (MT). Campos - *Revista de Antropologia*, v. 13, n. 1, 2012, pp. 23-39.

GAULME, François. Relations internationales: le temps des anthropologues, *Politique étrangère*, n. 3, 2014, pp. 175-189.

GIBRAM, Paola Andrade; VANZOLINI, Marina; SZTUTMAN, Renato. Diplomacias cosmopolíticas e os desafios da linguagem: perspectivas das terras baixas sul-americanas, *Campos-Revista de Antropologia*, v.21, n.1, 2020, pp. 09-19.

GOETZE, Catherine. Bringing Claude Lévi-Strauss and Pierre Bourdieu Together for a Post-structuralist Methodology to Analyse Myths, Myth and Narrative in International Politics, Palgrave Macmillan, London, 2016a, pp. 87-105.

GOETZE, Catherine. Warlords and states: A contemporary myth of the international system. *Myth and Narrative in International Politics*. Palgrave Macmillan, London, 2016b, pp. 129-146.

GOW, Peter. Who Are These Wild Indians: On the Foreign Policies of Some Voluntarily Isolated Peoples in Amazonia, *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 16, n. 1, 2018, pp. 6-20.

GRAEBER, David. *Fragments of an anarchist anthropology*. Prickly Paradigm Press, Chicago: 2004.

GRAEBER, David. Alteridade radical é só outra forma de dizer ‘realidade’: resposta a Viveiros de Castro, *Revista Práxis Comunal*, v.2, n.1, 2019.

JEANPIERRE, Laurent. Les structures d'une pensée d'exil: La formation du structuralisme de Claude Lévi-Strauss. *French Politics, Culture & Society*, v. 28, n. 1, 2010. pp. 58-76.

KUPER, Adam. The original sin of anthropology. *Paideuma*, 2010. pp. 123-144.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Guerre et commerce chez les Indiens. de l'Amérique du Sud, *Renaissance*, Ecole Libre des Hautes Etudes, n. 1, 1943.

LÉVI-STRAUSS, Claude. La politique étrangère d'une société primitive, *Politique étrangère*, v. 14, n.2, 1949. pp. 139-152.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *História de Lince*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1976 [1962].

LÉVI-STRAUSS, Claude *O homem nu*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011 [1971].

LÉVI-STRAUSS, Claude, ERIBON, Didier. *De perto e de longe*. São Paulo: Cosac & Naify, 2005 [1988].

LOLLI, Pedro Augusto. O contínuo e o discreto em Lévi-Strauss: transformações ameríndias, *Tellus*, ano 12, n. 22, Campo Grande, 2012, pp. 81-105.

MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. São Paulo: n1 edições, 2020.

MILLER, Joana. *As coisas. Os enfeites corporais e a noção de pessoa entre os Mamainde Nambiquara*. Tese, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

MOURA, Cristina Patriota de. O inglês, o parentesco e o elitismo na casa de Rio Branco, *Cena internacional*, v. 8, n. 1, 2006. pp. 20-34.

NAHUM-CLAUDEL, Chloe. *Vital diplomacy: the ritual every day on a dammed river in Amazonia*. New York: Berghahn, 2018.

PALACIOS JÚNIOR, Alberto. *As guerras de vingança e as relações internacionais: um diálogo com a antropologia política sobre os Tupi-Guarani e os Yanomami*. Tese, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, UNESP, 2016.

PAULA, Luís Roberto de. *Travessias: um estudo sobre a dinâmica sócio-espacial xavante*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2007.

PRICHARD, Alex. What can the absence of anarchism tell us about the history and purpose of International Relations?, *Review of International Studies*, n. 37, 2011, pp. 1647-1669.

RAMEL, Frédéric. Lévi-Strauss et les relations étrangères des tribus primitives, *Klesis-Revue philosophique*, n.10, 2008, pp. 39-52.

RIQUELME, Fernandez. Jair Bolsonaro y el concepto de lo político, *Democresia*, Novembro, 2018.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

SCHMITT, Carl. *Teoria de la Constitución*. Madri: Alianza Editorial, 1996.

SZTUTMAN, Renato. Metamorfoses do Contra-Estado. Pierre Clastres e as Políticas Ameríndias, *Ponto Urbe*. n. 13, 2013. Disponível em <http://journals.openedition.org/pontourbe/893>. Acesso em 19/08/2022.

SZTUTMAN, Renato. Perspectivismo contra o Estado. Uma política do conceito em busca de um novo conceito de política, *Revista de Antropologia*, n. 63, v. 1, 2020, pp. 185-213.

VALENTINI, Luísa. *Arquivos do futuro: contribuição para o arranjo da documentação pessoal de antropólogos*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, USP, 2020.

VANZOLINI, Marina. Ser e não ser gente: dinâmicas da feitiçaria no Alto Xingu, *Mana*, n. 19, 2013, pp. 341-370.

VERDEBOUT, Agatha. The contemporary discourse on the use of force in the nineteenth century: a diachronic and critical analysis, *Journal of the Use of Force and International Law*, n.1, v. 2, 2014, pp. 223-246.

VIANNA, Fernando Fedola de Luiz Brito. *A bola, os "brancos" e as toras: futebol para índios xavantes*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, USP, 2001.

VIEIRA, José Glebson, AMOROSO, Marta, VIEGAS, Suzana, *Revista de Antropologia*, n. 58, v. 1, 2015, pp. 9-29.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O medo dos outros, *Revista de Antropologia*, n. 54, v. 2, 2011, pp. 885-917.

YOUNG, John David. International Political Theory, Political Science and the Inter-Paradigm Debate: The Natural Selection of Realism. *Ocasional Paper 19*, Centre for International Relations, Queen's University at Kingston, 1987. Disponível em [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3568812](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3568812). Acesso em 19/08/2022.

**Recebido em:** 16/07/2022

**Aceito em:** 18/08/2022